

Brasil de Fato DF



UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

BRÁSILIA - DF • ED. ESPECIAL Nº 04 - EDIÇÃO ESPECIAL REFORMA ADMINISTRATIVA • OUTUBRO 2025 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

REFORMA ADMINISTRATIVA

QUAL O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL?

Aumento das desigualdades: a quem interessa a redução do Estado?



Capa: Mayra Souza

- **PEC da Reforma Administrativa**
impõe lógica de mercado para a educação, avaliam sindicatos | pág. 4
- **Mudanças reforçam agenda neoliberal e colocam o SUS em risco** | pág. 5
- **Reforma Administrativa**
impacta toda sociedade, não apenas o serviço público, alerta jurista | pág. 6

INIMIGOS DO POVO



171: parlamentares de extrema direita assinam por reforma administrativa que precariza serviços públicos

Foto: Colagem/BuF-DF

▶ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025, que propõe uma reforma administrativa no serviço público brasileiro, foi formalizada na Câmara dos Deputados no dia 24 de outubro e já é amplamente criticada por entidades de servidores por ser considerada uma ofensiva "mais ampla, mais complexa e mais perigosa" contra direitos trabalhistas e serviços públicos.

De autoria do Deputado Zé Trovão (PL/SC), a PEC atingiu o número mínimo necessário de 171 assinaturas confirmadas de deputados para iniciar a tramitação na Câmara. A maior parte dos parlamentares que assinam o texto é filiada a partidos de direita e

extrema direita, como o PL, PP, União Brasil, MDB, PSD, Republicanos, PSDB, Podemos, Novo, Solidariedade, PSB e PRD.

A proposta conta com o apoio do presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos/PB) e do relator da proposta no Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa, Pedro Paulo (PSD-RJ).

"Coincidência ou não, o número de assinaturas é 171, o que identifica os parlamentares que escreveram essa PEC. E o número da PEC e 38, que é um tiro na cara da sociedade brasileira, dos serviços públicos e dos seus servidores. O recado é direto: o enfrentamento vai ser nas ruas e nas bases dos estados", destaca

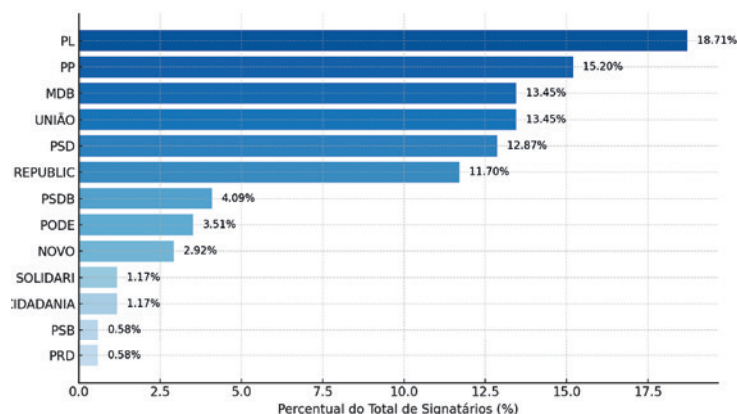
Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

Na avaliação de sindicatos e centrais sindicais, a reforma protocolada ameaça a estrutura do Estado em prol de uma agenda neoliberal que busca trazer os princípios e valores da iniciativa privada para dentro do estado.

"Vamos intensificar a pressão sobre os parlamentares para barrar a PEC, nos estados e municípios, como também em Brasília, além de ampliar a mobilização com a categoria nas redes sociais e nas ruas", diz Rosilene Corrêa, diretora do Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).



CONFIRA OS PARTIDOS QUE ASSINARAM A PEC 38



EXPEDIENTE • O Brasil de Fato Distrito Federal é um veículo de comunicação popular e independente. Queremos contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país e no Distrito Federal. Esta edição especial é uma parceria do Brasil de Fato DF com Andes-SN, CUT 3 Esferas: CNTE, Confetam, Fenasepe, Sinagências, Condsef e Proifes. Tiragem: 30 mil exemplares. Circulação gratuita, em outubro de 2025. Edição: Flávia Quirino (DRT/TO 442) | Redação: Brunna Ramos (estagiária), Caina Castanha, Flávia Quirino e Luiza Melo | Artes e diagramação: Mayra Souza • www.brasildefato.com.br/df

REFORMA ADMINISTRATIVA

Se é ruim para o Serviço Público,

É PÉSSIMO para o BRASIL

ANDES
SINDICATO NACIONAL

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

'É uma PEC contra o povo brasileiro': texto apresentado na Câmara ameaça direitos sociais e prevê ajustes fiscais

Foto: José Cruz/Agência Brasil

► Sindicatos e servidores públicos de todo o país estão mobilizados para barrar a nova proposta de Reforma Administrativa, apresentada em 2 de outubro pelo Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados. O texto reúne três proposições legislativas: Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Lei (PL) e Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

A PEC apresenta o discurso de "modernização" e "eficiência", mas o objetivo primordial da reforma, na análise dos sindicatos, é "promover ajustes fiscais: cortar gastos no serviço público prejudicando

o atendimento à população".

A proposta se organiza em quatro eixos: Estratégia, Governança e Gestão; Transformação Digital; Profissionalização do Serviço Público; e Extinção dos Privilégios.

Para a deputada federal Luciene Cavalcante (PsoL-SP), a proposta retoma a PEC 32/2020, elaborada durante o governo de Bolsonaro, no entanto é "ainda mais perigosa para o desmonte do Estado brasileiro".

Na avaliação de sindicalistas, os pontos apresentados na PEC representam a precarização das relações de trabalho, o esvaziamento da

estabilidade, a fragilização do serviço público e o enfraquecimento da autonomia do Estado brasileiro. "A Reforma não é contra o servidor, é contra o povo brasileiro", afirma Sérgio Ronaldo, dirigente da Condsef.

"Os mesmos deputados que hoje articulam a PEC 38 são os que votaram a favor da PEC da Blindagem. É o mesmo projeto político de destruição do Estado e de autoproteção das elites", observa o presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues.



Leia a matéria completa

PRINCIPAIS IMPACTOS NO SERVIÇO PÚBLICO:

- **Demissão por desempenho:** avaliações sem critérios claros permitem perseguições políticas e ameaçam a estabilidade.
- **Bônus por metas:** substituem progressões por prêmios individuais, estimulando competição e reduzindo o caráter coletivo.
- **Carreiras flexíveis:** ampliam formas de ingresso e fragilizam o mérito técnico.
- **Contratos temporários:** aumentam vínculos precários e comprometem a continuidade e qualidade dos serviços.
- **Terceirização priorizada:** exige avaliar execução indireta antes de concursos, incentivando privatizações e transformando direitos em mercadorias.
- **Extinção de cargos por decreto:** concentra poder no Executivo e reduz controle do Congresso.
- **Regras uniformes:** impõem padronização que limita a autonomia de estados e municípios na gestão de políticas públicas.

FALA POVO

Quais os impactos da Reforma Administrativa?

“Quando nós defendemos o serviço público, não estamos defendendo apenas a nós mesmos. Estamos defendendo a população desse país, porque defender o serviço público é defender o acesso dos mais necessitados, dos que mais precisam do acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, à segurança, à arte e à cultura.”

MARCIA GILDA, SINPRO (DF)

“É uma reforma que destrói de forma significativa ou de forma fatal aquilo que deveria ser uma perspectiva natural do Estado brasileiro: prestar um serviço público de qualidade à população que paga os seus tributos para receber do Estado um tratamento adequado.”

ALDAIR ANDRADE, PROFESSOR UFAM (AM)

“A crise crônica do capitalismo, na fase financeira, tem imposto a redução do custo do trabalho, inclusive o serviço público, e, no Brasil, após a mobilização social suspender a PEC 32, reedita-se a Reforma Administrativa (PEC, PLP, PL), na verdade, para Redução do Estado de bem-estar social pactuado na Constituição! Por isso sou contra a Reforma Administrativa e a favor do Estado de bem-estar social com serviços e carreiras públicas!”

MARIA LUIZA PINHO PEREIRA, ADUNB (DF)

“A reforma administrativa é um ataque aos serviços públicos porque tem, principalmente, um caráter de ajuste fiscal. Submete todos os governos a rigoroso controle de gastos em áreas essenciais, ao mesmo tempo em que se omite quanto ao vultoso gasto com o rentismo.”

CLAYTON AVELAR, SINDSASC (DF)

“Por trás de slogans como modernização, eficiência e inovação, o que está em jogo é a implementação de mecanismos de controle, punição e flexibilização das relações de trabalho. As propostas defendidas pelo GT se desenvolvem na defesa da flexibilização dos vínculos empregatícios, que busca reduzir a estabilidade, baratear a mão de obra e ampliar a capacidade do capital de impor sua lógica sobre o serviço público.”

MÔNICA CARNEIRO, CONDSEF (DF)

“Nos Institutos Federais, os impactos seriam devastadores: professores e técnicos administrativos perderiam garantias fundamentais, e a educação pública corre o risco de se transformar em mercadoria, entregue aos interesses do mercado.”

BLENDA CAVALCANTE, SINASEFE BRASÍLIA (DF)

É GRAVE!

PEC da Reforma Administrativa impõe lógica de mercado à educação, avaliam organizações sindicais



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

▶ A nova proposta de Reforma Administrativa reacendeu o alerta entre servidores públicos e educadores sobre o risco de desmonte da educação pública. Sob o discurso de modernização e eficiência, sindicatos afirmam que a medida amplia a terceirização, a rotatividade e a precarização do trabalho docente.

“Quando se apresenta um texto com mais de 400 páginas, não se trata de uma simples reforma pontual nas regras do funcionalismo público. Na verdade, é uma proposta de mudança total no modelo de gestão do Estado e isso é muito grave”, alerta Rosilene Cor-

rêa, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Entidades como a CNTE, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES-SN) e Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifés-Federação) apontam que a proposta mantém os pilares neoliberais, substituindo servidores efetivos por contratos temporários e terceirizados, sob o argumento de eficiência fiscal. O presidente da CNTE, Heleno Araújo, observa que:



Os contratos temporários são prejuízos concretos não apenas para a categoria, mas para toda a comunidade. Os parlamentares que apoiam essa PEC não trabalham com uma lógica voltada ao interesse público. Essa é a lógica colocada: manter a concentração de riqueza nas mãos de poucos e precarizar serviços essenciais à população, como saúde e educação.

Segundo levantamento da CNTE, mais de 50% dos professores das redes públicas são temporários. A meta do Plano Nacional de Educação, que previa 90% de professores efetivos até 2024, não foi alcançada em nenhum estado.

No ensino superior, o AnDES-SN denuncia a ampliação da terceirização e o adoecimento dos servidores. De acordo com o dirigente do sindicato Diego Marques:



Nas universidades brasileiras, técnicos de laboratório, atendentes e analistas são majoritariamente terceirizados. Onde antes havia cinco técnicos, agora resta um. Essa sobrecarga recai sobre professores e servidores, gerando adoecimento e piorando o serviço prestado à população.

Na avaliação do Proifés, a educação nos estados e municípios tende a piorar. “Como haverá uma reformu-

lação das relações de trabalho, pouco se sabe sobre como isso vai afetar a qualidade do ensino, principalmente nos municípios. Os prefeitos terão, contraditoriamente, mais poder para fazer contratações, mas enfrentarão escassez de recursos, já que a questão fiscal passa a ser centralizada na União”, analisa o presidente Francisco Duarte.

Segundo Heleno Araújo, da CNTE:



Hoje, 35% da nossa categoria já está acometida por problemas de saúde em decorrência da intensificação do trabalho. Essa é a característica que nós estamos vivenciando dentro da educação e que a Reforma Administrativa quer colocar em todas as políticas públicas, de forma oficial, na Constituição Federal.



Leia a matéria completa

MUNICÍPIOS

‘PEC é uma farsa’, destaca presidenta da Confetam

A presidenta da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), Jucélia Vargas, afirmou que a proposta de Reforma Administrativa, apresentada sob o discurso de modernização e combate a privilégios, “institucionaliza o nepotismo e o retorno dos

coronéis”, permitindo que prefeitos e aliados usem o dinheiro público para beneficiar famílias que historicamente controlam o poder no país.

“Nós travamos uma luta histórica para colocar nos municípios administrações comprometidas com a vida do povo, capazes de oferecer serviços públicos

de qualidade, com acesso à saúde, assistência, segurança e educação pública de qualidade. Queremos que o povo possa melhorar suas condições de vida e não precise recorrer a serviços privados para garantir o básico, como saúde e educação”.

Para ela, a não realização de concursos, as contratações

irregulares e a terceirização, servem para fragilizar o serviço público, esconder o inchaço de cargos comissionados e perpetuar a corrupção nas prefeituras. “Essa proposta de reforma administrativa apenas institucionaliza esse processo”, sentencia Jucélia Vargas.



Foto: Smagências/jailson Sam

SAÚDE

Reforma Administrativa impõe lógica neoliberal e ameaça o SUS

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



► Em meio à tramitação da Reforma Administrativa no Congresso Nacional, cresce a preocupação entre trabalhadores da saúde sobre os efeitos diretos da proposta no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida é vista por entidades e sindicatos como um retrocesso que pode aprofundar a precarização das relações de trabalho, estimular a terceirização e enfraquecer o caráter público do serviço prestado à população.

De acordo com a vice-presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do DF (SindEnfermeiros-DF), Úrsula Batista de Oliveira Nepomuceno, a pauta da Reforma Administrativa, retomada no Congresso, aprofunda um quadro já grave na Saúde, marcado por salários defasados, violência nas unidades e dificuldade de mobilização sindical. Na avaliação, o SUS será um dos mais impactados pela

Reforma Administrativa. A vice-presidente do SindicatoEnfermeiros observa que:

“O prejuízo não será apenas para a categoria de enfermeiros, médicos, técnicos, mas para toda a população que utiliza o sistema de saúde.

Entre os pontos em debate estão a criação de bônus de desempenho (que podem chegar a quatro salários), revisões anuais de gastos, tetos escalonados para gestores e o reforço em avaliações de produtividade. A proposta reacende críticas de sindicatos e especialistas, que enxergam nesse modelo uma tentativa de impor ao serviço público uma lógica empresarial, baseada em metas e resultados numé-

ricos distante da realidade do cuidado à saúde.

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) apontou que a reforma administrativa apresentada pela extrema direita no Congresso Nacional não afeta apenas os servidores:

“Mas toda a sociedade, ao enfraquecer a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados à população, com destaque para os segmentos socioeconomicamente vulneráveis.



Leia a matéria completa



✉ pautasdf@bdfestados.com.br
dfbrasildefato@gmail.com
☎ 61 98304-0102

FALA POVO

Quais os impactos da Reforma Administrativa?



“Essa proposta não foi dialogada com as partes mais interessadas, e a gente sabe quem construiu esse modelo: Febraban, Fiesp, Fecomércio. Não há diálogo com os trabalhadores. Mas o importante é que as categorias das três esferas federativas estão unificadas, e nós vamos resistir da mesma forma que resistimos contra a PEC 32.

SÉRGIO RONALDO, SECRETÁRIO-GERAL DA CONDSEF



“Os objetivos centrais da reforma administrativa são o Estado Mínimo e a precarização do trabalho no serviço público. Ela resultará no rebaixamento desses serviços, especialmente na educação, e na desvalorização dos servidores.

LETÍCIA MONTANDON, SINPRO (DF)



“Eles trazem uma proposta de reforma administrativa embalada num pacote de presente com um lacinho de fita vermelha, dizendo que é para combater privilégios, aos salários e férias de 60 dias. Mas entre os servidores e as servidoras, não há altos salários, nem privilégios e nem férias de 60 dias. É uma mentira que eles contam para enganar a população e ganhar a simpatia para essa reforma.

LUCIANA CARNEIRO, FENAJUPE (SP)



“A reforma administrativa tem os mesmos autores da PEC da bandidagem e isso diz muito. É uma tentativa daqueles que já se apropriaram, na verdade, assaltaram os cofres públicos a partir das emendas parlamentares, numa negociação escusa com o governo anterior, esses mesmos agora querem assaltar a estrutura do Estado.

MANUEL JOSÉ PORTO JÚNIOR, PROFESSOR IF (RS)



“A reforma administrativa é um ataque muito profundo às políticas públicas. O fato de impedir concurso público significa, por exemplo, que uma universidade vai paulatinamente reduzir disciplinas. Vai reduzir permanências. Se tem redução do orçamento, também têm redução dos estudantes que vão poder frequentar aquela universidade. Essa não é a reforma que queremos.

FERNANDA VIEIRA, SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES (RJ)



“Estamos na luta para que não saia essa reforma, porque essa reforma vai privatizar o serviço público.

MARIA DA CONSOLAÇÃO ESPÍNDOLA, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO (MG)



ENTREVISTA

Reforma Administrativa impacta toda sociedade, não apenas o serviço público, alerta jurista

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

▶ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, apresentada pelo Grupo de Trabalho criado a partir de iniciativa do deputado Zé Trovão (PL-SC) e coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), reacendeu o alerta entre servidores públicos e entidades sindicais.

Em nota técnica, a conclusão da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam) é taxativa: a proposta “institucionaliza o arrocho

fiscal, retira direitos históricos, ataca o pacto federativo e fragiliza a estabilidade dos servidores”. A análise foi produzida pela advogada Camilla Louise Galdino Cândido, do escritório LBS Advogadas e Advogados, que assessora juridicamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo a jurista, o novo projeto não tem como foco a eficiência do Estado, mas se apoia em uma narrativa de “combate aos privilégios” e “modernização” que visa maquiagem seu real propósito. Para Camilla Cândido, essa retórica é perigosa porque

pode conquistar apoio popular sem que a sociedade conheça o conteúdo e os impactos reais da proposta.

“A reforma não busca aprimorar o serviço público, mas remodelá-lo segundo uma lógica empresarial, voltada à produtividade e ao corte de gastos. O resultado é um Estado enfraquecido, menos democrático e mais vulnerável às pressões políticas”

Ela também aponta que os principais aspectos prejudiciais aos direitos dos servidores constam expressamente na PEC, e não no PL e PLP. O que reforça a gravidade da reforma, por se pretender alterar a Constituição Federal e se tratar de uma alteração legislativa de difícil reversão, caso aprovada.

“Diferente dos projetos de lei, uma PEC não pode ser vetada pelo Presidente da República, o que reforça a necessidade do engajamento para que a proposta seja arquivada”

CENTRALIZAÇÃO E VIOLAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO

Entre as principais críticas, especialistas apontam o caráter centralizador e autoritário da Reforma Administrativa. A PEC retira de estados e municípios a autonomia para gerir seus quadros de servidores, transferindo à União o controle sobre políticas de pessoal, incluindo regras de carreira, concursos, remuneração, benefícios, avaliação de desempenho e gestão de cargos comissionados.

“Cada estado e município conhece sua realidade. Hoje, muitos servidores negociam diretamente com prefeitos e câmaras municipais as melhorias das condições de trabalho. Com a reforma, essas gestões locais perderiam essa autonomia, já que as normas passariam a ser definidas pela União”

Para Camilla Cândido, a proposta fere o Pacto Federativo e impõe um modelo único de gestão, desconsiderando diferenças políticas, culturais e econômicas entre as regiões.

Na avaliação da jurista, a proposta não representa um aprimoramento da gestão pública, mas um processo de desmonte. “Não há como ‘melhorar’ uma proposta que nasce com esse perfil neoliberal. Ela não busca fortalecer o serviço público, mas enfraquecê-lo”, completa.



Leia a matéria completa

A PEC nasce fraca porque é antipopular, avaliam parlamentares



Foto: Gustavo Bezerra

“Eles conseguiram 171 assinaturas. Ninguém do Partido dos Trabalhadores assinou e provavelmente ninguém da esquerda tem assinado. E ela nasce, portanto, fraca. Se o presidente não agir rapidamente para protocolar, provavelmente mais deputados teriam retirado as assinaturas e ela não teria sequer nascido.”

ROGÉRIO CORREIA,
DEPUTADO FEDERAL (PT-MG)



Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

“Não existe a possibilidade da gente pensar o desenvolvimento de um país sem o serviço público, sem ter ali na ponta o SUS que chega na população mais vulnerável, sem a creche pública, sem a escola pública, sem a segurança pública. Para que a gente tenha a possibilidade das pessoas viverem bem com dignidade, elas têm que ter acesso aos serviços públicos, aos direitos, que são direitos que são essência da democracia.”

TALÍRIA PETRONE,
DEPUTADA FEDERAL (PSOL-RJ)

A REFORMA ADMINISTRATIVA É UM ATAQUE DIRETO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS QUE VOCÊ USA

A Reforma Administrativa, idealizada e comandada pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, quer desmontar os serviços públicos essenciais. Mascarada de modernização, a proposta é um verdadeiro Cavalo de Troia.

**SAÚDE
EDUCAÇÃO
MEIO AMBIENTE**

Dentro dele, escondem-se os cortes que vão prejudicar você e sua família:

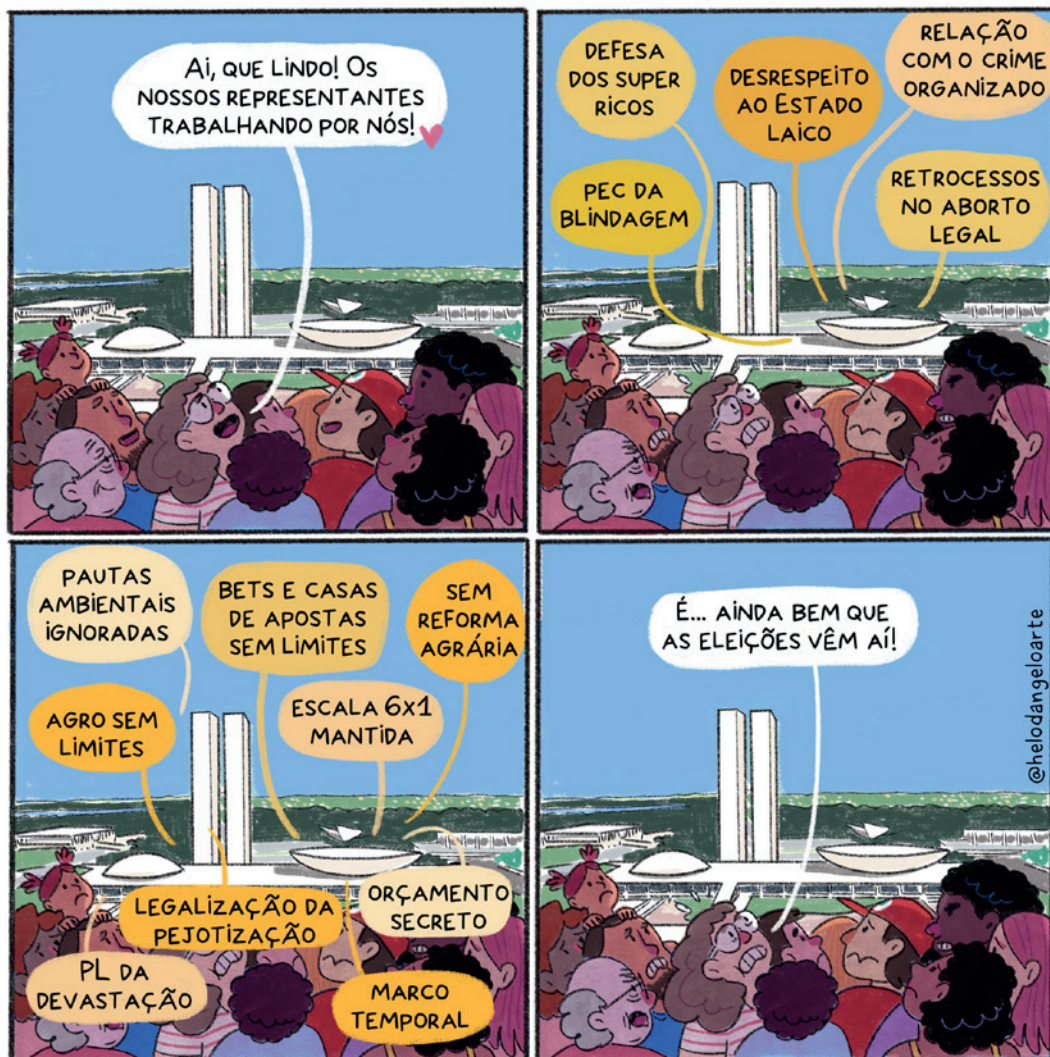
- Saúde pública (SUS) ainda mais precária.
- Educação pública com menos investimentos.
- Fiscalização do trabalho escravo e de direitos trabalhistas.
- Proteção do meio ambiente e combate a queimadas.
- Controle de epidemias, como a dengue, zika e chikungunya.
- E muitos outros serviços públicos prejudicados.

**NÃO SE ENGANE. ESTA
NÃO É UMA REFORMA PARA MELHORAR;
É UM PROJETO PARA DEMOLIR.**



**NÃO É REFORMA
ADMINISTRATIVA
É DEMOLIÇÃO
CANCELA**

Já!



10 motivos para ser contra a Reforma Administrativa

- 1. REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS**
Prevê redução dos investimentos nas políticas públicas e corte de gastos, prejudicando o atendimento à população
- 2. ARROCHO FISCAL**
Estende o controle de gastos e o congelamento salarial para estados e municípios, limitando a autonomia dos poderes Executivo e Judiciário
- 3. DESTRUIÇÃO DO PACTO FEDERATIVO**
A PEC quebra o pacto estabelecido na Constituição de 1988, que visa a superação das desigualdades e a construção de um Estado de bem-estar social
- 4. AMEAÇA À ESTABILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO**
Ataca a estabilidade que permite aos servidores atuar sem medo de retaliação política
- 5. TERCEIRIZAÇÃO E "UBERIZAÇÃO"**
Naturaliza a terceirização e a "uberização" do serviço público, facilitando a transferência da gestão de serviços para Organizações Sociais (OSs), OSCIPs e ONGs
- 6. ATAQUE A PLANOS DE CARREIRA**
Limita salários e elimina adicionais por tempo de serviço, desvalorizando a função pública
- 7. BÔNUS E MERITOCRACIA**
Cria competição interna, avaliação punitiva e incentiva assédio moral entre servidores
- 8. VÍNCULO COM INTERESSES DE GRANDES EMPRESAS**
A reforma é encarada como a "fase dois da contrarreforma trabalhista" e um projeto que atende aos interesses de grandes grupos empresariais
- 9. PREJUÍZO A APOSENTADOS E PENSIONISTAS**
Reduz direitos e impede pagamento de parcelas indenizatórias baseadas em desempenho que recebiam na ativa
- 10. APROXIMA ESTADO DA LÓGICA DO MERCADO**
Insere no serviço público uma lógica empresarial e fiscal voltada aos interesses do capital, em detrimento das funções sociais do Estado

FALA POVO

Por quê você considera o Congresso inimigo do povo?



O Congresso Nacional está desconectado da realidade, priorizando apenas a elite e os lobbies. Essa agenda se manifesta na tentativa de fragilizar os direitos dos mais vulneráveis e na proteção a seus próprios privilégios caríssimos. Em vez de representar a nação, o Legislativo age em causa própria.

MÁRCIA GOMES,
EDUCADORA SOCIAL E SERVIDORA PÚBLICA



O Congresso, repetidamente, vota contra direitos básicos que assegurariam mais investimentos em moradia, saneamento básico, geração de emprego e renda, e o fim da jornada exaustiva 6x1. Enquanto o povo clama por dignidade e qualidade de vida, o parlamento segue aprovando medidas que ampliam seus próprios privilégios e atacam a soberania nacional.

NÚBIA MARTINS, JORNALISTA (TO)



Esse Congresso é uma engrenagem central do Estado burguês, feita pra proteger os ricos e atacar o povo trabalhador. É nesse espaço que a direita desmonta o serviço público, defende a escala 6x1 e transforma nossos direitos em moeda de troca.

SAMUEL VITOR GONZAGA,
ESTUDANTE DE DIREITO E SOCIOLOGIA (UNB)



Porque não queria aprovar a isenção de quem ganha até 5 mil por mês. Não quer taxar os super ricos. Não quis taxar as bets, mas quis criar uma categoria dos super cidadãos, que são eles mesmos, com a PEC da Bandidagem. É inimigo do povo porque quer anistiar golpistas.

JOSÉ ANTÔNIO MORONI, INESC



Porque o Congresso Nacional defende e aprova medidas que retiram direitos da maioria da população, como a aprovação da contrarreforma trabalhista. Além disso, é um Congresso que reproduz a estrutura de dominação racista e patriarcal.

CAROLINA SILVA, GEOGRAFA E PROFESSORA



O Congresso é inimigo do povo porque atrapalha o presidente Lula a fazer justiça tributária no Brasil. A taxação dos super-ricos e das bets é fundamental para reduzir desigualdades sociais.

JÉSSICA RODRIGUES, JORNALISTA